

No. 28531

**UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN
AND NORTHERN IRELAND
and
ANGOLA**

**General Cooperation Agreement. Signed at London at
14 May 1986**

Authentic texts: English and Portuguese.

*Registered by United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland on
30 December 1991.*

**ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE
ET D'IRLANDE DU NORD
et
ANGOLA**

**Accord général de coopération. Signé à Londres le 14 mai
1986**

Textes authentiques : anglais et portugais.

*Enregistré par le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord
le 30 décembre 1991.*

GENERAL CO-OPERATION AGREEMENT¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND AND THE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF ANGOLA

The Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the Government of the People's Republic of Angola (hereinafter called the "Contracting Parties");

Wishing to consolidate their relations of friendship and co-operation based on the principles of equality and mutual respect for national sovereignty and independence, and to promote increasing understanding between their two peoples;

Conscious of the need to strengthen peace and international security in conformity with the provisions of the United Nations Charter;

Wishing to promote social and economic progress in their two countries;

Have agreed as follows:

ARTICLE I

- (1) The Contracting Parties agree to promote economic, cultural, scientific, and technical co-operation between their two countries.
- (2) The modalities of co-operation and the conditions for its implementation shall be jointly determined.

ARTICLE II

- (1) The Contracting Parties agree to promote through co-operation the development of all sectors of their respective economies.
- (2) The Contracting Parties shall also study ways of promoting all forms of association between enterprises or organisations in their respective countries and shall establish a mutually satisfactory instrument for the encouragement and reciprocal protection of investments.

ARTICLE III

The Contracting Parties shall encourage cultural co-operation, especially in the educational, scientific and technical fields, and to this end shall exchange information in the areas concerned.

¹ Came into force provisionally on 14 May 1986, the date of signature, and definitively on 23 March 1991 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Luanda, in accordance with article V (2).

ARTICLE IV

- (1) A Mixed Commission whose members shall be nominated by the respective Contracting Parties, and to which experts may also be assigned, shall meet once every two years, in each of the two countries alternately.
- (2) The Commission shall exercise the following functions:
- (a) definition of the policies for co-operation between the two countries in the fields relevant to this Agreement;
 - (b) evaluation of the results achieved and modification in the light of those results of the policies previously laid down;
 - (c) examination of the opportunities for co-operation in these fields as well as modalities for their realisation.
- (3) The conclusions of the Commission shall be submitted for the approval of the competent authorities of the Contracting Parties.

ARTICLE V

- (1) The present Agreement is valid for a period of three years and shall be automatically renewed for periods of one year unless either Contracting Party gives six months' prior notice of termination through the diplomatic channel.
- (2) The present Agreement shall apply provisionally from the date of signature and shall enter into force definitively on the date of exchange of instruments of ratification .

In witness whereof the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done in duplicate at London this 14th day of May, 1986 in the English and Portuguese languages, both texts being equally authoritative.

For the Government
of the United Kingdom of Great Britain
and Northern Ireland:

LYNDA CHALKER

For the Government
of the People's Republic
of Angola:

ELISIO DE FIGUEIREDO

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e o Governo da República Popular de Angola (a seguir designados por “Partes Contratantes”);

Desejosos de consolidar as suas relações de amizade e cooperação baseadas nos princípios de igualdade e respeito mútuo da soberania e independência nacionais, e de favorecer uma compreensão cada vez mais profunda entre os seus dois povos;

Conscientes das necessidades de reforçar a paz e a segurança internacionais em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas;

Desejando promover o progresso social e económico nos seus dois países;

Acordaram as seguintes disposições:

ARTIGO I

- (1) As Partes Contratantes acordam em promover a cooperação nos domínios económico, cultural, científico e técnico entre os seus dois países.
- (2) As modalidades de cooperação e as condições para a sua implementação serão definidas conjuntamente.

ARTIGO II

- (1) As Partes Contratantes acordam em promover através da cooperação o desenvolvimento de todos os sectores das suas respectivas economias.
- (2) As Partes Contratantes estudarão igualmente os meios para promover todas as formas de associação entre empresas ou organizações nos seus respectivos países e estabelecerão um instrumento mutuamente satisfatório de encorajamento e protecção recíproca dos investimentos.

ARTIGO III

As Partes Contratantes comprometem-se a encorajar a cooperação cultural, especialmente nos campos educacional, científico e técnico, e para atingir este fim farão um intercâmbio de informações nas áreas relativas.

ARTIGO IV

- (1) Uma comissão mista cujos membros serão designados pelas respectivas Partes Contratantes, e na qual podem também ser integrados peritos, reunir-se-á uma vez todos os dois anos, em cada um dos dois países alternadamente.
- (2) A comissão exercerá as seguintes funções:
 - (a) definir as orientações para a cooperação entre os dois países nos domínios pertinentes ao presente Acordo;
 - (b) avaliar os resultados alcançados e modificar à luz desses resultados as orientações anteriormente tomadas;
 - (c) examinar as oportunidades de cooperação nesses domínios assim como as modalidades para a sua realização.
- (3) As conclusões da comissão serão submetidas à aprovação das autoridades competentes das Partes Contratantes.

ARTIGO V

- (1) O presente Acordo é válido por um período de três anos e renovável automaticamente por períodos de um ano a menos que uma ou outra das Partes Contratantes o denuncie mediante um pré-aviso de seis meses por via diplomática.
- (2) O presente Acordo entrará em vigor provisoriamente a partir da data da assinatura e definitivamente a partir da data da troca de instrumentos de ratificação.

Em fé do que, os abaixo assinados para o efeito devidamente autorizados pelos governos respectivos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Londres aos 14 de Maio de 1986, em dois exemplares originais cada um em língua inglesa e em língua portuguesa, ambos os textos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo
do Reino Unido da Grã-Bretanha
e Irlanda do Norte:
LYNDA CHALKER

Pelo Governo
da República Popular
de Angola:
ELISIO DE FIGUEIREDO

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD GÉNÉRAL DE COOPÉRATION¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DU ROYAUME-UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE D'ANGOLA

Le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et le Gouvernement de la République populaire d'Angola (ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Désireux de consolider leurs relations d'amitié et de coopération fondées sur les principes d'égalité, de respect mutuel de leur souveraineté et de leur indépendance nationales et de favoriser une compréhension toujours plus large entre leurs deux peuples,

Conscients de la nécessité de renforcer la paix et la sécurité internationales conformément aux dispositions de la Charte des Nations Unies,

Désireux de promouvoir le progrès économique et social dans leurs deux pays,
Sont convenus des dispositions suivantes :

Article premier

1) Les Parties contractantes conviennent de favoriser la coopération entre leurs deux pays dans les domaines économique, culturel, scientifique et technique.

2) Les modalités de la coopération et les conditions de sa mise en œuvre seront définies conjointement.

Article II

1) Les Parties contractantes conviennent de favoriser au moyen de la coopération le développement de tous les secteurs de leurs économies respectives.

2) Les Parties contractantes étudieront également les moyens de promouvoir toutes les formes d'association entre les entreprises ou organisations dans leurs pays respectifs et d'établir un régime mutuellement satisfaisant d'encouragement et de protection réciproque des investissements.

Article III

Les Parties contractantes s'engagent à encourager la coopération culturelle, particulièrement dans les domaines de l'éducation, de la science et de la technique, et procéderont à cette fin à un échange d'informations dans ces domaines.

Article IV

1) Une Commission mixte dont les membres seront désignés respectivement par les Parties contractantes, et à laquelle peuvent être adjoints des experts, se réunira une fois tous les deux ans dans chacun des deux pays alternativement.

¹ Entré en vigueur à titre provisoire le 14 mai 1986, date de la signature, et à titre définitif le 23 mars 1991 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Luanda, conformément au paragraphe 2 de l'article V.

- 2) La Commission exercera les fonctions suivantes :
- a) Définir les orientations à donner à la coopération entre les deux pays dans les domaines propres au présent Accord;
 - b) Apprécier les résultats obtenus et modifier, compte tenu de ces résultats, les orientations antérieurement arrêtées;
 - c) Examiner les responsabilités de coopération dans ces domaines ainsi que les modalités de leur mise en œuvre.
- 3) Les conclusions de la Commission seront soumises à l'approbation des autorités compétentes des Parties contractantes.

Article V

1) Le présent Accord est valide pour une période de trois ans et renouvelable automatiquement pour des périodes d'un an, sauf dénonciation par l'une ou l'autre des Parties contractantes moyennant un préavis de six mois par la voie diplomatique.

2) Le présent Accord entrera provisoirement en vigueur à partir de la date de sa signature et définitivement après l'échange des instruments de ratification.

EN FOI DE QUOI les soussignés, dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

FAIT à Londres, le 14 mai 1986, en deux exemplaires originaux en langues anglaise et en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
du Royaume-Uni de Grande-Bretagne
et d'Irlande du Nord :

LYNDA CHALKER

Pour le Gouvernement
de la République populaire
d'Angola :

ELISIO DE FIGUEIREDO

